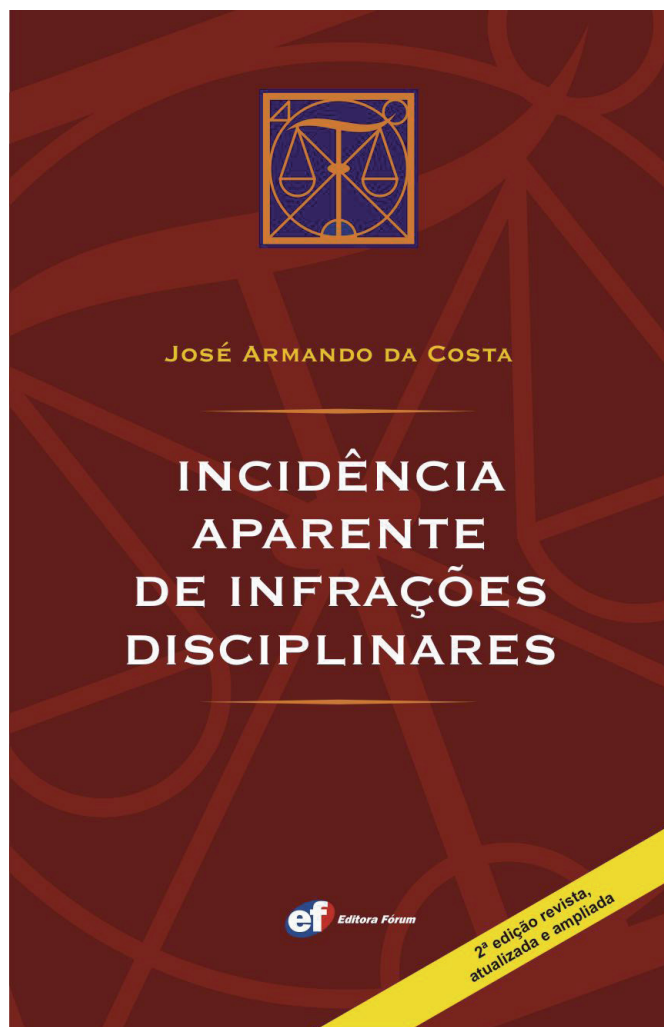




José Armando da Costa

INCIDÊNCIA APARENTE DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES

2ª edição, revista, atualizada e ampliada

268 páginas
ISBN 978-85-7700-203-0
Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O lançamento da 2ª edição desta obra, devidamente renovada, ampliada e atualizada, reafirma compromissos anteriores de levar o exegeta do direito disciplinar a discernir com mais proficiência sobre a verdadeira e legítima incidência das normas punitivas internas da administração pública.

O autor — com o adjutório dos princípios da alternatividade, especialidade, subsidiariedade e consunção —, traz os devidos limites à compreensão da concorrência aparente de normas disciplinares.

O capítulo novo, intitulado “Massa de incidência das normas disciplinares”, que foi adicionado a esta nova empreitada editorial, veio facilitar ainda mais o entendimento dessa delicada matéria. O que decerto vem impor limites às exacerbadas margens que agigantam indevida e abusivamente artificiais razões de punir.

Daí a indubitosa importância da matéria aqui tratada. O que faz com que este livro seja de consulta obrigatória por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, lidem com o direito disciplinar.

Esgotada há certo tempo — o que confirma o prestígio que lhe fora dispensado pelos especialistas do Direito Disciplinar —, vêm a Editora Fórum e o autor José Armando da Costa apresentar a 2ª edição do título *Incidência aparente de infrações disciplinares*, devidamente revista, atualizada e ampliada.

O conteúdo desta obra insurge-se contra desavisadas comissões disciplinares que, de má fé ou por ignorância, enquadram a conduta do servidor imputado em vários dispositivos do regime disciplinar atinente. Assim procedendo sem observar os critérios e princípios que regem a tal matéria.

Essas comissões de procedimentos disciplinares, por vezes, lançam mão desse multifário e indevido enquadramento para tentar encobrir sua verdadeira desídia. Agem assim para fazerem com que arditamente sejam dilatados os respectivos prazos de prescrição. Com o que procuram tergiversar a sua incúria por se arrastarem ao longo do tempo na feitura de procedimentos que nunca chegam ao fim.

Vem esta segunda edição acrescida de um novo capítulo, intitulado “Massa de incidência das normas disciplinares”, cujo conteúdo virá, sem dúvida, tornar ainda mais compreensível todas as matérias já abordadas anteriormente pelo autor.

Resgata-se, assim, compromisso assumido com leitores que, ávidos por adquirirem essa obra, demandaram o setor comercial de nossa empresa livreira.

Editora Fórum

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio da 2ª edição

Prefácio da 1ª edição

Capítulo 1

Introdução ao estudo da matéria

Capítulo 2

Aportes da doutrina penal

Capítulo 3

Particularidades sobre a incidência das normas disciplinares

Capítulo 4

Concurso de normas disciplinares

Capítulo 5

Enquadramento abusivo

Capítulo 6

Massa de incidência das normas disciplinares

Capítulo 7

Considerações finais

APÊNDICE A

Peças jurídicas que versam sobre o tema

APÊNDICE B

Pareceres jurídicos sobre matéria disciplinar

ANEXO

Legislação

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime disciplinar).

Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Improbidade administrativa)

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Processo administrativo)

Referências

Índice de Assuntos

Índice de Legislação